



Em 24h, mais de 1,5 mil TERRORISTAS PRESOS

Segundo Dino, foram identificados, em 10 estados, os financiadores dos crimes contra a República e os contratantes dos ônibus que trouxeram, para Brasília, a horda de golpistas que invadiu, roubou e depredou as sedes dos Três Poderes

» RAFAELA GONÇALVES

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou que, nas últimas 24 horas, foram realizadas cerca de 1,5 mil prisões pelos atos terroristas em Brasília. Apenas no domingo, foram feitas 209 detenções em flagrante, número que se multiplicou com a desocupação do acampamento em frente ao Quartel General do Exército.

“Esse número é sempre atualizado. Neste momento, estão sendo ouvidas 1.200 pessoas, totalizando 1.500 detenções”, anunciou, na coletiva que concedeu ontem à tarde.

As investigações sobre a ação golpista ficarão sob responsabilidade da PF. Dino afirmou que, até o momento, foram identificados financiadores do terrorismo em 10 estados. Pessoas que contrataram ônibus para a caravana que foi a Brasília estão sendo rastreadas.

“Não é possível, ainda, distinguir o financiamento. O que é possível dizer é que havia financiamento. Temos a relação de todos os contratantes dos ônibus, e eles serão chamados”, afirmou.

Além de detenções, 40 ônibus — inclusive alguns já fora de Brasília — foram apreendidos e seus financiadores identificados. Também foi encontrada uma arma de fogo em um dos coletivos. “Mostra, infelizmente, uma preparação para atos de violência. Temos mandados de prisão expedidos para cumprimento e outros tantos serão solicitados pela polícia judiciária da União”, observou.

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) desbloqueou nove rodovias que iam ser bloqueadas. Para Dino, os criminosos não tentaram gerar um efeito dominó de badernas.

“Podemos afirmar que os criminosos não obtiveram êxito de ruptura da lei e da legalidade. Havia a expectativa, aparentemente, de que alguns acreditavam que, a partir daqueles eventos simbólicos da subida da rampa do Congresso, do Supremo e do Planalto, se

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Ministro afirmou que o ataque às sedes dos Três Poderes foi parte de um plano, que somado a outros eventos, alavancaria uma tentativa de golpe

produzisse um quadro de anomia no Brasil e, com isso, houvesse uma situação propícia de novas aventuras. Isto foi debelado, foi vencido, e nós acreditamos que, nesse aspecto, o pior passou”, afirmou.

Capitólio brasileiro

O ministro classificou o terrorismo de domingo de “Capitólio brasileiro”. “Deus abençoou o Brasil, porque não houve nem um morto, apesar da irresponsabilidade criminosa de quem instigou, financiou e praticou, e aqui e tem mais presos do que lá”, afirmou, responsabilizando o ex-presidente Jair Bolsonaro pelo discurso de ódio que incitou os criminosos.

“Palavras têm poder. E essas palavras se transformaram em ódio e se transformaram em

destruição. Há pessoas, líderes políticos, que são responsáveis pelo discurso de ódio e pela destruição que vimos ontem na sede dos Três Poderes, visando a um golpe de estado”, apontou.

Dino apoiou o ministro da Defesa, José Múcio, que vem sendo criticado por tentar dialogar com os bolsonaristas radicais. “Quero fazer uma veemente defesa da correção, lealdade, sinceridade do ministro Múcio ao comandar uma das áreas mais difíceis do governo. Múcio optou por um caminho de diálogo com as instituições militares, e ele não pode ser condenado por isso”, defendeu, acrescentando que as Forças Armadas “até aqui se mantiveram fiéis à legalidade democrática, e isso é um evento que deve ser saudado e homenageado pelos democratas”.

Questionado sobre o afastamento de Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal, o ministro se esquivou e disse que não era de sua competência avaliar os méritos da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Reforços

O ministro anunciou a vinda, para compor a Força Nacional no Distrito Federal, de cerca de 500 integrantes das polícias militares de 10 estados. “Esse contingente visa apoiar as providências que estamos adotando, sobretudo na proteção à Esplanada, à Praça dos Três Poderes. Com isso, o contingente da polícia do Distrito Federal poderá retornar às suas funções normais”, ressaltou. Segundo Dino, as sedes dos

Três Poderes passaram por perícia da Polícia Federal (PF) e caberá ao Judiciário dizer o que vai acontecer com os terroristas presos. “Alguns serão submetidos à audiência de custódia, outros podem, eventualmente, receber o benefício da liberdade provisória”, disse.

O ministro afirmou que estuda, ainda, uma maneira de cobrar, na Justiça, pelos os valores relativos ao dano patrimonial. Dino afirmou que os laudos das perícias nos prédios destruídos serão remetidos à Advocacia-Geral da União (AGU) para cobrar indenização de quem danificou as sedes dos Três Poderes, obras de arte e bens que fazem parte do acervo. “Esses laudos dimensionando os prejuízos servirão para aparelhar as ações de indenizações visando a reparação dos danos”, avisou.



Nós já temos mandados de prisão expedidos para cumprimento, e outros tantos serão solicitados pela polícia judiciária da União”

“Todos os que contrataram ônibus e vieram para Brasília nesse período serão chamados”

“Esses laudos dimensionando os prejuízos servirão para aparelhar as ações de indenizações visando à reparação dos danos”

“Mais uma vez, podemos afirmar que golpistas, terroristas, criminosos em geral não obtiveram êxito nos seus intentos de ruptura da lei e da legalidade”

Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



Soldado do Exército remove barraca do local que abrigou os golpistas

Acampamento desfeito após 3 meses

» ÂNDREA MALCHER

Depois de quase três meses, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) desocupou, ontem, o acampamento bolsonarista em frente ao Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, em Brasília. Segundo levantamento da corporação, cerca de 1,2 mil pessoas foram presas e levadas em 50 ônibus para o Complexo da Polícia Civil, para, em seguida, serem encaminhadas à Polícia Federal (PF). Devido à grande quantidade de detidas, a Academia Nacional da PF foi utilizada para receber os manifestantes golpistas.

A desocupação só aconteceu depois dos atos terroristas que depredaram, domingo, o Congresso Nacional, o Palácio

do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF). Isso porque o acampamento recebeu boa parte dos criminosos que atacaram as sedes dos Três Poderes.

Também no domingo, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, ordenou a remoção dos golpistas. “Determino a desocupação e dissolução total, em 24 (vinte e quatro) horas, dos acampamentos realizados nas imediações dos Quartéis Gerais e outras unidades militares para a prática de atos antidemocráticos e prisão em flagrante de seus participantes pela prática dos crimes previstos nos artigos 2º, 3º, 5º e 6º (atos terroristas, inclusive preparatórios) da Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016 e nos artigos 288 (associação criminosa),

359-L (abolição violenta do Estado Democrático de Direito) e 359-M (golpe de Estado), 147 (ameaça), 147-A, § 1º, III (persegução), 286 (incitação ao crime)”, diz a decisão.

Essa desocupação do acampamento dos golpistas tornou-se um constrangimento. No governo Lula, opôs os ministros Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública) e José Múcio (Defesa), que tinham propostas diferentes para os bolsonaristas — um defendia tirá-los, outro que fossem embora naturalmente. Também colocou a PM contra o Exército, que não tomou qualquer atitude para remover os radicais, que, por se encontrarem em área militar, não podiam ser removidas pelo aparato de segurança do DF.

À medida que o acampamento ia sendo derrubado, os bolsonaristas se mostravam surpresos e impotentes. Uma das golpistas disse que o Exército não os defendeu e não tinha ideia de que estava sendo presa. “Infelizmente, a verdade é essa: o Exército entregou o povo. O Exército entregou os patriotas para a polícia, essa mesma polícia que ontem estava dando borrachada e soltando gás na nossa cara. O Exército não nos defendeu”, lamentou.

Da Academia da PF, vários detidos publicaram vídeos feitos por celular nas redes sociais e, em alguns, se podia escutar hinos religiosos. Até o fechamento desta edição, a corporação não explicou por que os aparelhos dessas pessoas não foram confiscados.